



# TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de lanches prontos para manutenção das atividades do CRAS, CREAS e CCI, vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Marau, 08 de outubro de 2025.



## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s):** A solicitação desta contratação parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**1.2. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações:** Os objetos da presente contratação estão previstos no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2025, e os mesmos estão descritos conforme quadro do tópico 2.2 do presente Termo de Referência.

**1.3.** A quantidade estimada é meramente indicativa, não existindo obrigatoriedade de contratação por parte do município.

## 2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando eventuais *aquisições de lanches prontos para manutenção das atividades do CRAS, CREAS e CCI, vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.*

**2.2.** O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para aquisição no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado que constitui uma mera estimativa.

Item	Código	Descrição	Qtd.	Unid.
1	002.001.897	Arroz doce: Arroz cozido no leite com leite condensado, cravo e canela, aproximadamente 120 ml Deve ser entregue pronto para o consumo e acondicionado em embalagem própria para a entrega.	1.500	UN
2	002.001.439	Biscoito doce, tipo Palito Amanteigado, pcte. de no mínimo 350gr, produzido a partir de matérias primas sãs e limpa e estar em perfeito estado de conservação. Aparência: massa bem assada, sem recheio e sem cobertura. Cor, cheiro e sabor próprio, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem:em papel impermeável, com protetor interno, lacrado, contendo a validade do produto	180	PCT
3	002.001.837	Bolo doce, sabor cenoura com cobertura de chocolate,	100	KG



		cortado em fatias de 5cm x 5cm, embalados em bandejas, cobertas com plástico filme.		
<b>4</b>	002.001.838	Bolo doce, tipo nega maluca, com cobertura de chocolate, cortado em fatias de 5cm x 5cm, embalados em bandejas, cobertas com plástico filme.	100	KG
<b>5</b>	002.001.271	Bolo inglês, tradicional, com aproximadamente 65gr (tipo cupcake)	2.100	UN
<b>6</b>	002.001.836	Bolo salgado, feito de frango e legumes, cortado em fatias de 5cm x 5cm, embalados em bandejas, cobertas com plástico filme.	180	KG
<b>7</b>	002.001.149	Cachorro-quente médio simples, com pão sovado, molho com uma salshicha e batata palha. Embalado.	2.000	UN
<b>8</b>	002.001.612	Cuca caseira sem recheio, com farofa de açúcar de cobertura, de 500gr, com embalagem contendo informações nutricionais, data de fabricação e validade	150	UN
<b>9</b>	002.001.902	Doces diversos, aproximadamente 25 gramas, Deve ser entregue pronto para o consumo e acondicionado em caixas de papelão com tampa ou embalagem própria para a entrega.	2.500	UN
<b>10</b>	002.001.843	Kit Lanche - embalagem individual contendo: 01 mini cachorro quente, 01 empada com recheios de frango e carne, 02 pastéis de carne, 02 croquetes de carne, 01 coxinhas com recheios de frango, tamanho festa e 01 suco de caixinha de 200ml sabor diversos.	1.350	KIT
<b>11</b>	002.001.839	Mini pizza, unidades com aproximadamente 35g, com tamanhos regulares. Recheadas com molho simples de tomate, queijo, frango desfiado, bacon ou calabresa. Sem adição de produtos químicos ou conservantes. Macio, isento de mofo, de odores e de substâncias estranhas. O produto deve ser entregue assado e em recipiente adequado.	2.600	UN
<b>12</b>	002.001.898	MOUSSE: LEITE CONDENSADO, CREME DE LEITE, MORANGO, LIMÃO OU MARACUJÁ, APROXIMADAMENTE 120 ML DEVE SER ENTREGUE PRONTO PARA O CONSUMO E	2.500	UN



		ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRÓPRIA PARA A ENTREGA		
13	002.001.008	Pacote de Grostoli doce, assado, contendo informações nutricionais, data de fabricação e validade, no mínimo 500g.	500	PCT
14	002.001.842	Pão de queijo assado, ingredientes: Polvilho, água, ovos, óleo e/ou outra gordura, queijo (mussarela e/ou parmesão), leite em pó e sal, podendo conter outros ingredientes que o caracterize, desde que permitidos pela legislação, deve ser isento de corantes de qualquer natureza, aromas artificiais, os pães devem ser modelados e uniformes com peso de 90g, sendo tolerada a variação de 10% para mais ou para menos. O produto deve ser entregue assado e em recipiente adequado.	2.500	UN
15	002.001.171	Pastel de carne, frito recheado com carne moída, tamanho médio de 21cm a unidade	2.500	UN
16	002.001.892	PASTEL DE PRESUNTO E QUEIJO COM APROXIMADAMENTE 200 GRAMAS	1.500	UN
17	002.001.893	PASTEL FRANGO E REQUEIJÃO COM APROXIMADAMENTE 200GRAMAS	1.500	UN
18	002.001.899	Pé de moleque de chocolate: Amendoim torrado e descascado com chocolate aproximadamente de 80 a 100 gramas, Deve ser entregue pronto para o consumo e acondicionado em caixas de papelão com tampa ou embalagem própria para a entrega	1.000	UN
19	002.001.900	Rapadura de leite ninho: Leite, leite ninho e açúcar, aproximadamente de 80 a 100 gramas, Deve ser entregue pronto para o consumo e acondicionado em caixas de papelão com tampa ou embalagem própria para a entrega.	1.000	UN
20	002.001.302	Salada de frutas (banana, maçã, mamão, laranja e manga), em embalagem plástica com tampa de 200gr.	2.000	UN
21	002.001.841	Salgadinhos assados, tamanho festa, ótima qualidade e perfeito estado de conservação e consumo: empadas com recheios de frango e carne; esfiha com recheio de	8.000	UN



		frango e carne; pastéis folheados com recheios de; carne frango, queijo, presunto e queijo com presunto. O produto deve ser entregue assado e em recipiente adequado.		
22	002.001.840	Salgadinhos fritos, tamanho festa, ótima qualidade e perfeito estado de conservação e consumo: bolinho com recheios de queijo e presunto; coxinhas com recheios de frango; pastel com recheios de carne e salgadinho de salsicha. O produto deve ser entregue frito e em recipiente adequado.	8.700	UN
23	002.001.894	Sanduíche de mortadela: Pão francês recheado com mortadela defumada, requeijão, tomate, alface, queijo e orégano, embalagem tipo "filme plástico", com aproximadamente 100gr, Deve ser entregue pronto para o consumo e acondicionado em caixas de papelão com tampa ou embalagem própria para a entrega.	6.000	UN
24	002.001.272	Sanduíche de presunto, queijo, tomate e alface feito com pão fatiado tradicional, cortado ao meio, embalagem tipo "filme plástico", com aproximadamente 100gr.	6.000	UN
25	002.001.054	Sonho Doce de Aproximadamente 80 gramas, recheado com doce de leite.	4.000	UN
26	002.001.895	Trouxinha salgada massa de pastel assada: Massa de pastel recheada com presunto e queijo picado com requeijão e orégano, Deve ser entregue pronto para o consumo e acondicionado em caixas de papelão com tampa ou embalagem própria para a entrega	2.500	UN

**2.2. Da classificação/natureza do objeto:** O objeto desta contratação se enquadra como produtos comuns, portanto, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispões no Art. 6, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

**2.3. Do prazo de vigência da contratação:** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.



**2.3.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

**2.3.2.** A prorrogação desta contratação está condicionada a:

**2.3.2.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**2.3.2.2.** Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

**2.3.3.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Conforme estabelece a Lei Municipal nº 6.345, de 02 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Poder Executivo Municipal de Marau, compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, coordenar ações comunitárias e sociais, promover a assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social, articular atividades integradas entre entidades assistenciais em atuação no Município, coordenar programas específicos de ação social, bem como, colaborar com órgãos estaduais, federais e entidades privadas em atividades correlatas. Além disso, a Secretaria também é responsável pela promoção de serviços de assistência funerária aos carentes, dentro dos limites e disponibilidades municipais, entre diversas outras atribuições voltadas à execução das políticas públicas de desenvolvimento social.

Para o cumprimento dessas responsabilidades, a Secretaria mantém diversas unidades de atendimento à população, com destaque no presente momento:

- **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):** *Unidade pública responsável pela oferta de serviços e programas continuados da proteção social básica, destinados às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.*
- **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):** *Unidade pública voltada ao atendimento especializado de indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social decorrente de violações de direitos, demandando intervenções especializadas no âmbito da proteção social especial.*



- **Centro de Convivência do Idoso (CCI):** *Unidade pública destinada à permanência diurna de pessoas idosas, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais e educativas, com foco na socialização e fortalecimento de vínculos comunitários.*

Dessa forma, para a manutenção das atividades desempenhadas, as unidades assistenciais demandam uma ampla gama de profissionais, materiais, insumos e utensílios, a fim de suprir suas necessidades institucionais e operacionais. Tal estrutura é essencial para garantir condições adequadas de funcionamento e assegurar a execução eficaz das políticas públicas de assistência social no âmbito municipal.

Nesse contexto, o Município conta atualmente com uma **Ata de Registro de Preços formalizada por meio do Pregão Eletrônico nº 93/2024**, que possibilitou o fornecimento e a distribuição de lanches destinados à população atendida pelos programas e serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, medida essa que é imprescindível para o sucesso dos programas sociais, principalmente aqueles destinados ao acolhimento integral de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Contudo, a referida Ata encontra-se próxima do término de sua vigência, o que torna necessário um novo planejamento para garantir a continuidade no fornecimento, afim de evitar qualquer prejuízo ou situação que possa comprometer não apenas as atividades realizadas diariamente, mas também os avanços sociais já alcançados pelas políticas públicas.

Dessa forma, diante do exposto, o presente Termo de Referência (TR) resulta da decisão adotada pela Administração para assegurar a continuidade no fornecimento dos lanches de forma célere, eficiente, organizada e em conformidade com os preceitos legais.

#### **4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Tendo em vista o planejamento realizado através do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) representa a solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório visando o Registro de Preços para futuras aquisições de lanches prontos para manutenção das atividades do CRAS, CREAS e CCI, vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Considerando a natureza dos bens, que são de característica comum e visando a ampla competição entre os inúmeros fornecedores disponíveis no mercado, entendemos que a contratação deva se dar através de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com



o critério de julgamento de menor preço por item, que atende aos preceitos de economicidade e transparência dispostos na Lei 14.133/2021.

Levando em consideração a experiência anterior do município com o **Ata de Registro de Preços formalizada por meio do Pregão Eletrônico nº 93/2024**, bem como os custos estimados levantados por meio da análise de mercado e conforme o disposto no artigo 40, inciso II da Lei 14.133/2021, entendemos que a melhor solução para atender à necessidade é a publicação de processo licitatório, com a utilização do sistema de registro de preços. Dessa forma, a Administração terá discricionariedade para agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas de acordo com os recursos disponíveis. Além disso, existe a possibilidade de aquisições parceladas conforme a necessidade evidenciada, não havendo compromisso de adquirir todo o quantitativo de uma única vez.

Outro fator que reforça a escolha, é que o fato de adoção do sistema de Registro de Preços evita a necessidade de licitar sempre que surgir a demanda pelos objetos aqui listados, demonstrando a obediência aos princípios da eficiência e economicidade, além da prerrogativa de possível renovação da ata de registro de preços.

Quanto ao prazo de vigência da ata de registro de preços seguirá o disposto no artigo 84 da lei 14.133/2021 e terá vigência de 12 meses podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Ademais, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado. Essa decisão está em consonância com o Art. 19, § 1º, da PORTARIA PGR/MPU Nº 158, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024, que regulamenta os Arts. 82 a 86 da Lei 14.133/2021.

A renovação dos quantitativos registrados, desde que comprovada a vantajosidade, oferece à Administração maior flexibilidade e agilidade no atendimento de demandas que se estendam por períodos superiores a 12 (doze) meses. Essa medida promove a economicidade e a eficiência administrativa ao reduzir custos operacionais, evitando a realização de novos processos licitatórios com a mesma finalidade.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Documentos relativos à qualificação técnica**





**5.1.1.** O Licitante deverá apresentar documentação conforme o disposto no **Item 10.5.** deste Termo de Referência.

## **5.2. Da subcontratação**

**5.2.1.** O licitante não poderá transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta contratação, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo Município, sob pena de extinção do contrato e consequente indenização.

## **5.3. Dos critérios de sustentabilidade:**

**5.3.1.** No âmbito da presente contratação, foram identificadas situações que merecem atenção quanto aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto.

O fornecimento de refeições/lanches será realizado em recipientes e/ou embalagens plásticas, de papelão ou descartáveis, o que inevitavelmente contribui para o aumento da geração de resíduos sólidos nas Unidades de atendimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Entretanto, tais impactos podem ser mitigados mediante o descarte correto dos resíduos gerados, seguindo os critérios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e normas ambientais correlatas.

Ademais, considerando a natureza comum da contratação, não foram identificados outros impactos relevantes que exijam adoção de medidas mitigatórias. Assim, a observância das boas práticas e o descarte e destinação adequada é suficiente para minimizar os impactos decorrentes da execução da presente contratação.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Das condições de execução**

**6.1.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**6.1.2.** Após o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura da ata, o licitante deverá estar apto a iniciar a execução do objeto, observadas as condições e prazos que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria solicitante.

**6.1.3.** Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital.



Nesse caso, a Contratada deverá substituir os produtos irregulares imediatamente após a comunicação da Secretaria Municipal Solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional ao Município.

**6.1.4.** No caso de descumprimento dos prazos determinados para a entrega dos produtos, ou ainda estes estarem em desacordo com o estabelecido no processo licitatório, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

**6.1.5.** A Licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

## **6.2. DOS LOCAIS E SOLICITAÇÕES DE ENTREGA**

**6.2.1.** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ficará responsável pela emissão das ordens de entrega, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** da data prevista para a entrega dos produtos.

**6.2.2.** A Contratada deverá realizar as entregas dos produtos diretamente nas Unidades de Atendimento da Contratante, observadas as condições, quantidades e prazos estabelecidos. A tabela a seguir apresenta os endereços e horários previstos para as entregas:

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Horário de Entrega</b>
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Rua Irineu Ferlin, número 1072, bairro Centro.	<b>Turno da Manhã:</b> Entre às 07:30 e 08:30
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	Rua Nicandro Oltramari, quadra 3 nº 162, loteamento Frei Francisco	
Centro de Convivência do Idoso (CCI)	Rua Zeferino Filipe nº 1416, bairro Jardim do Sol.	<b>Turno da Tarde:</b> Entre às 13:00 e 14:00

**6.2.2.1.** Os horários acima constituem mera previsão para fins de conhecimento por parte das licitantes, podendo sofrer alterações em função das atividades programadas pelas unidades. Em caso de mudanças, a Contratada deverá atender prontamente aos ajustes solicitados pela Contratante, sem custos adicionais ao Município.

**6.2.3.** Todos os custos relacionados com o transporte e entrega dos produtos serão de total responsabilidade da Contratada, exonerando-se integralmente o Município.

## **6.3. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.3.1.** A Contratada deverá realizar as entregas em conformidade com as especificações constantes no item 2.2 e demais disposições do presente Termo de Referência, observando rigorosamente os prazos, quantidades e condições definidas pela Secretaria Solicitante.

**6.3.2.** A Contratada deverá assegurar rigoroso padrão de higiene e segurança alimentar em todas as etapas do processo (preparo, armazenamento, transporte e entrega), responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos produtos fornecidos.



**6.3.3.** A responsabilidade da Contratada abrange eventuais ocorrências relacionadas a contaminação, deterioração ou intoxicação alimentar, inclusive com o ressarcimento de despesas que venham a ser geradas em função de tais eventos.

**6.3.4.** Todos os insumos utilizados na confecção dos lanches deverão ser de primeira qualidade, sendo vedada a utilização de alimentos reaproveitados, vencidos ou de origem duvidosa.

**6.3.5.** Os lanches deverão ser entregues acondicionados em embalagens próprias, limpas, íntegras e adequadas ao consumo, atendendo integralmente às especificações constantes no item 2.2 deste Termo de Referência.

**6.3.6.** As frutas utilizadas para o preparo dos lanches deverão ser rigorosamente selecionadas, com grau de maturação adequado para o consumo.

**6.3.7.** O transporte deverá ser realizado em condições adequadas de conservação, em recipientes térmicos hermeticamente fechados, que mantenham a temperatura ideal para preservação da qualidade e segurança dos alimentos até a entrega.

**6.3.8.** A Contratada deverá cumprir rigorosamente os pedidos recebidos, garantindo o abastecimento regular e evitando prejuízos às atividades das Unidades de Atendimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

**6.3.9.** No momento da entrega será avaliado o acondicionamento dos produtos. Embalagens violadas, sujas ou diferentes das especificações constantes no presente Termo de Referência, farão com que os mesmos não sejam aceitos.

**6.3.10.** O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

**6.3.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**6.3.12.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que executará o objeto ora contratado, serão da exclusiva responsabilidade do licitante, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

## **7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** A estimativa de despesa foi realizada levando-se em consideração o disposto no Art. 6, inciso XXIII, alínea “i”, porém, na presente contratação, optou-se por orçamento sigiloso, conforme o Art. 24 e seus incisos da Lei nº 14.133/2021, visando a economicidade para o Município, uma vez que a não divulgação do orçamento tem por objetivo, evitar que as



propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Desta forma, o licitante oferecerá valores realmente competitivos e dentro do limite de executar a contratação, com uma lucratividade adequada. Através da utilização do orçamento sigiloso foi possível constatar, nos processos já realizados, uma economicidade para o Município.

## **8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **8.1. Das orientações gerais da fiscalização**

**8.1.1.** A Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização da execução contratual.

### **8.2. Dos responsáveis pela fiscalização**

**8.2.1.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

**Gestor do contrato:** Nelci Silvestri;

**Fiscal administrativo:** o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

**Fiscal administrativo suplente:** o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

**8.2.2.** O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

**8.2.3.** O e-mail indicado, qual seja, será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

**9.2.** O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis após a entrega, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário



Municipal solicitante.

**9.3.** O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**9.4.** O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município, e de acordo com a quantidade efetivamente entregue.

**9.5.** Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**9.5.1.** Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

**9.6.** Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante

**9.7.** O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

**9.8.** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**9.9.** O pagamento ao licitante, pelo objeto entregue, ficará condicionado ao cumprimento das



exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

**9.10.** O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**9.11.** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

**9.12.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

**9.13.** Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**10.1.1.** O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

### **10.2. Das exigências da habilitação**

**10.2.1.** Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.



### **10.3. Documentos relativos à habilitação jurídica:**

**10.3.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

**10.3.2.** Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

**10.3.3.** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**10.3.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**10.3.5.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**10.3.6.** Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

### **10.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**10.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

**10.4.2.** Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.4.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

**10.4.4.** Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**10.4.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **10.5. Documentos relativos à habilitação técnica:**

**10.5.1.** Atestado da capacidade da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que entregou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.





**10.5.2.** A Certidão ou Atestado poderá ser objeto de diligência, a qualquer momento, por parte do Pregoeiro e da Comissão de Apoio, junto à Pessoa Jurídica que o forneceu, inclusive com a solicitação da comprovação, mediante cópias autenticadas dos contratos que lhe deram origem e visita às Pessoas Jurídicas que os expediram

**10.5.3. Alvará Sanitário**, emitido pelo município do domicílio da empresa;

#### **10.6. Documentos relativos à qualificação econômica:**

**10.6.1.** Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

**10.6.2.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

#### **10.7. Outros documentos de habilitação (declarações):**

**10.7.1.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**10.7.2.** Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;

**10.7.3.** Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

**10.7.4.** Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

**10.7.5.** Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**10.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.**





**10.8.1.** O licitante que, se enquadra nos benefícios concedidos pela **LC 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 10.3.6. deste Termo de Referência.

**10.8.1.1.** Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 10.3.6 do presente Termo de Referência, será declarado inabilitado.

**10.8.2.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**a)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**b)** A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**10.9.** As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e assinadas, no mínimo, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

**10.10.** Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.11.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

**10.12.** Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.



**10.13.** Serão aceitos documentos assinados eletronicamente, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

**10.14.** Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.15.** Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1** Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail [licitacoes@marau.rs.gov.br](mailto:licitacoes@marau.rs.gov.br) ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Marau, 08 de outubro de 2025.

---

Responsável Compras  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

---

Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR.  
Rodolfo Bebbber